

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS  
CONSELHO SUPERIOR**

**RESOLUÇÃO Nº 04/CS, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.**

Aprova a alteração no Regimento Geral do IFAL para mudança da nomenclatura do cargo de Coordenação de Pesquisa Institucional para Procuradoria Educacional Institucional, da Diretoria de Planejamento Institucional da PRDI e o Regulamento Interno.

O **PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR** do Instituto Federal de Alagoas - IFAL, órgão de caráter consultivo e deliberativo da Administração Superior, no uso de suas atribuições conferidas pelo § 3º do Art.10 da Lei nº 11.892, de 29.12.2008, publicada no DOU de 30/12/2008, pela Portaria nº 651/MEC, de 30/07/2014, publicada no DOU nº 145, de 31/07/2014 e em conformidade com o Estatuto da Instituição, considerando o Processo nº 23041.019977/2014-23, de 18/12/2014, faz saber que este Conselho reunido ordinariamente em 23 de fevereiro de 2015.

**RESOLVE**

**Art. 1º** – Aprova a alteração no Regimento Geral do IFAL para mudança da nomenclatura do cargo de Coordenação de Pesquisa Institucional para Procuradoria Educacional Institucional, da Diretoria de Planejamento Institucional da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Alagoas e o Regulamento Interno, conforme anexo.

**Art. 2º** – Esta Resolução entra em vigor na presente data.

  
**SÉRGIO TEIXEIRA COSTA**  
Presidente do Conselho Superior

# **REGULAMENTO DE PROCURADOR EDUCACIONAL INSTITUCIONAL**

## **CAPÍTULO I**

### **DA CONSTITUIÇÃO E FINALIDADE**

Art. 1º. A função de Pesquisador Institucional surgiu com a Portaria nº 46, de 10 de janeiro de 2005, cuja denominação foi alterada para Procurador Educacional Institucional (PI), pela Portaria Normativa nº 23, de 1º de dezembro de 2010, que deu nova redação à Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, no âmbito das Instituições de Educação Superior, atendendo à necessidade do Ministério da Educação da existência de um interlocutor entre as Instituições de Ensino Superior e o Ministério.

## **CAPÍTULO II**

### **DA NOMEAÇÃO/DESIGNAÇÃO**

Art. 2º. A Reitoria indicará um Procurador Educacional Institucional (PI), conforme Art. 61-E da Portaria Normativa nº 23/2010, e cada um dos seus Campus um Pesquisador Institucional.

§ 1º. O Procurador Educacional Institucional da Reitoria será nomeado pelo Reitor e o Pesquisador Institucional de cada Campus será designado por seu respectivo Diretor-Geral.

§ 2º. O Procurador Educacional Institucional, no âmbito do IFAL, estará lotado na Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRDI, especificamente na Diretoria de Planejamento Institucional – DPI a frente da Procuradoria Educacional Institucional, denominação que atualizará o termo de Coordenação de Pesquisa Institucional. Os Pesquisadores Institucionais dos Campus, conforme disposto em seus Regimentos Internos.

## **CAPÍTULO III**

### **DAS ATRIBUIÇÕES**

Art. 3º. São atribuições do Procurador Educacional Institucional:

I - Manter interlocução com todos os órgãos e setores ligados às atividades de regulação, supervisão e acompanhamento junto ao Ministério da Educação, ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e ao Conselho Nacional de Educação (CNE);

II - Estar atualizado com as normas e diretrizes do Ministério da Educação e seus Órgãos, referentes à função do Procurador Educacional Institucional, como forma de assessorar decisões, apontando mudanças necessárias para atendimento das novas diretrizes;

III - Interpretar mudanças no sistema educativo, dando suporte às atividades acadêmicas e administrativas do Instituto/Campus;

IV - Atuar proativamente, apontando necessidades, oportunidades e direcionamentos, relacionados às atividades acadêmicas e administrativas;

V - Atuar como multiplicador das diretrizes do Ministério da Educação, em todas as instâncias do Instituto/Campus;

VI - Coordenar as demandas dos Sistema de Regulação do Ensino Superior (e-MEC), Censo da Educação Superior (CENSUP), Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), Educacenso, Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outros sistemas relacionados às atividades gerenciais do Instituto/Campus;

VII – Coordenar e acompanhar em conjunto com os Campus, os processos inseridos no Sistema de Regulação do Ensino Superior (e-MEC), referentes ao reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação, credenciamento e recredenciamento da IES e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e outros documentos do Instituto.

VIII - Protocolar, acompanhar e responder, junto ao Sistema de Regulação do Ensino Superior (e-MEC), os processos referentes ao Plano de Desenvolvimento Institucional(PDI), Regimento e Estatuto;

IX – Exercer interlocução permanente com todos os setores da instituição no sentido de coletar e sistematizar os dados a serem informados aos órgãos de governo;

X - Atualizar os membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e inserir o relatório de Autoavaliação Institucional junto ao Sistema de Regulação do Ensino Superior (e-MEC);

XI - Dar publicidade, no Observatório Socioeconômico e Educacional do IFAL, aos relatórios gerenciais disponibilizados pelos sistemas;

XII – Avaliar indicadores acadêmicos e administrativos, com o objetivo de sinalizar e ou propor à administração ações efetivas referentes ao planejamento e à tomada de decisões.

### **DAS INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS**

Art.4º. O Procurador Educacional Institucional deverá solicitar as informações necessárias ao desempenho das suas atribuições junto aos setores responsáveis a fim de garantir a fidedignidade dos dados.

§ 1º. A formatação das informações solicitadas deverão ser fornecidas conforme as necessidades dos sistemas sob responsabilidade do Procurador Educacional Institucional.

§ 2º. As informações deverão ser atendidas em prazos compatíveis com as datas limites estabelecidas pelos sistemas do MEC, pelo Procurador Educacional Institucional e ou instâncias superiores.

§ 3º. O Procurador Educacional Institucional coordenará a indicação de Auxiliares Institucionais (AI's) junto às unidades para compartilhar tarefas de levantamento e análise de dados sob sua responsabilidade (§ 3º Art. 61-E, Portaria Normativa /MEC nº 23, de 01 de dezembro de 2010).

§ 4º. Os Pesquisadores Institucionais dos Campus exercerão interlocução permanente com todos os setores da unidade, os quais auxiliarão na informação dos dados quando se fizer necessário. As

informações prestadas deverão ser atualizadas permanentemente e fidedignas e obrigatoriamente deverão ser validadas pelo dirigente da unidade.

§ 5º. O dirigente da unidade deverá garantir os meios para a execução das atividades do Pesquisador Institucional.

## **CAPÍTULO V**

### **DA ESTRUTURA E DO DESEMPENHO DA FUNÇÃO**

Art. 5º – A Direção-Geral dos Campus deverá garantir os meios, as condições materiais e de recursos humanos para a execução das atividades do Pesquisador Institucional, assim como toda a infraestrutura administrativa necessária.

Art. 6º - A Direção-Geral dos Campus deverá considerar na composição da carga horária de trabalho do servidor na função de Pesquisador Institucional uma carga horária compatível com o desempenho de suas atribuições.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 7º - O presente Regulamento poderá ser modificado mediante propostas de melhorias no decorrer do tempo, sendo suas alterações submetidas à aprovação do Conselho Superior.

Art. 8º - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Procurador Educacional, Pesquisadores Institucionais e Auxiliares Institucionais dos Campus, em reunião.

Art. 9º - O presente Regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Superior do IFAL.